

PROSA

SÁBADO 12.4.2014
oglobo.com.br

VERSO

PASSADO E
PRESENTE
EM IMAGENS
PÁG. 6

ARQUIVO/PEDRO MARTINELLI/8-2-1973



O cerco aos índios

Investigações da Comissão da Verdade e mobilizações de pesquisadores e ativistas chamam atenção para abusos contra povos indígenas na ditadura e no presente

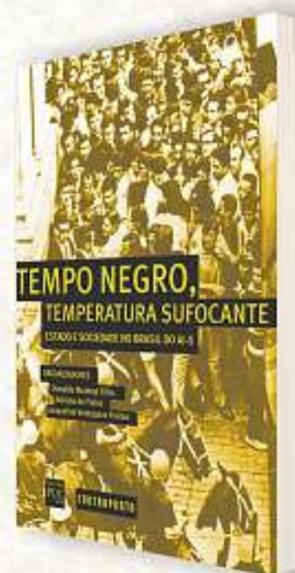
Krain-a-kore.

Registro da expedição dos irmãos Villas-Bôas que, em 1973, resgatou índios ameaçados por obras da BR-163 (Cuiabá-Santarém)

‘Tempo negro, temperatura sufocante, o ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos’

Com previsão do tempo, estampada no alto da sua primeira página, a edição do Jornal do Brasil de 14 de dezembro de 1968 sintetizava bem o clima reinante no Brasil naquele dia. Era o dia seguinte àquela sombria sexta-feira 13 em que foi decretado o Ato Institucional nº 5.

O livro *Tempo negro, temperatura sufocante - Estado e sociedade no Brasil do AI-5*, organizado por Oswaldo Munteal Filho (História, PUC-Rio), Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas, busca refletir criticamente sobre esse tempo de dor, asfixia e desesperança, momento crucial da história recente do país.



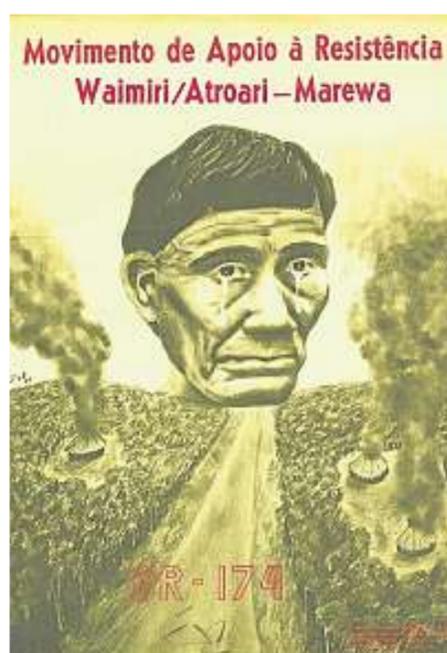
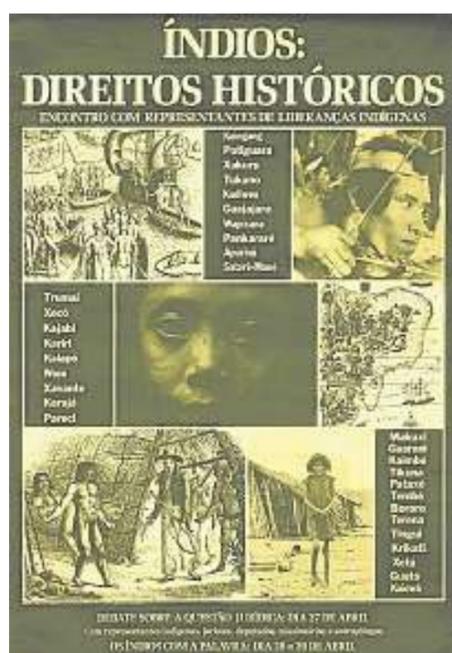
R\$ 55
402 páginas

CONTRAPONTO

EDITORA
PUC
RIO

LIVROS PARA
TODA A VIDA

À venda nas livrarias: Carga Nobre (PUC-Rio), Cultura, Galáxia, Livraria da UFF, Saraiva, Travessa.



Protestos. Cartazes de atos públicos em defesa dos direitos indígenas nos anos 1970: denúncias de massacres e projeto de mudança do Estatuto do Índio causaram reação popular

Luta por direitos

Índios sofreram na ditadura com invasão de terras, prisões, tortura e mortes. Mobilização de antropólogos canalizou revolta contra o regime e criou bases para reivindicações atuais



ÁREAS INDÍGENAS VISTAS COMO ESPAÇO OCIOSO A SER EXPLORADO

GUILHERME FREITAS
guilherme.freitas@oglobo.com.br

Em 1971, a Casa Civil do general Emílio Garrastazu Médici lançou um vídeo institucional sobre a construção da Transamazônica, estrada que ligaria o litoral da Paraíba ao interior do Amazonas. A obra era anunciada como pedra fundamental de uma “nova Amazônia”, que permitiria a “fixação do homem numa região de fartura ainda não explorada”. Na cena de abertura da propaganda, uma árvore gigantesca é derrubada ao som de música triunfal, enquanto o narrador reforça o tom ufanista: “A Revolução chega à selva. Cada árvore que tomba escreve uma história bem diferente das que povoavam a terra dos sacis, iaras e cobras grandes. Em arrancada do

trator apaga-se a lenda, que some, envolta em outra magia: a magia do desenvolvimento”. A propaganda mostra que o regime militar via na Amazônia um imenso território ocioso à espera de, como diz o narrador do vídeo, “colonização”. Essa política teve consequências trágicas para os ocupantes originais daquelas áreas. Centenas de índios morreram ou foram desalojados durante a ditadura devido à realização de obras do governo em suas terras, muitas vezes depois de contatos feitos com violência ou em condições inadequadas. Essas e outras violações sofridas por índios estão sendo investigadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), em um grupo de trabalho coordenado pela psicanalista Maria Rita Kehl. Em pouco mais



Dois tempos. Índios krain-a-kore pedem carona e comida na BR-163 (no alto), e um dos sobreviventes pesca (acima)

de um ano, a CNV mobilizou uma rede de pesquisadores, ativistas e representantes de povos indígenas, jogando luz sobre abusos cometidos com apoio ou no interesse do Estado, como invasão de terras tradicionais, trabalhos forçados, prisão e tortura. Nas audiências realizadas em aldeias de várias partes do país, surgiram também relatos que chamam atenção para ameaças enfrentadas até hoje. — O tema das agressões a índios no Brasil é muito vasto. A situação varia em cada região, mas há um padrão de descaso e violência — diz Maria Rita Kehl (*leia entrevista na página ao lado*). O grupo de trabalho surgiu a partir de uma carta enviada por lideranças indígenas ao Tortura Nunca Mais de São Paulo, diz o vice-presidente da or-

ganização, Marcelo Zelic, colaborador da CNV. A mensagem cobrava mais atenção aos índios e apresentava documentos sobre os waimiri-atroari, dizimados durante a construção da BR-174 (Manaus-Boa Vista) em suas terras, em Roraima. O governo começou as obras em 1967 sem contactá-los e eles reagiram à invasão do território. Segundo relatos da tribo, morreram cerca de 1,5 mil dos 3 mil waimiri-atroari até o fim dos anos 1970. Alguns foram vitimados por doenças contraídas depois do contato e muitos outros foram assassinados — há denúncias de uso de granadas e até pesticida. Há outros casos parecidos. Os ianomâni, também de Roraima, sofreram com a construção da BR-210 (Perimetral Norte). Os krain-a-kore do Mato



“

Como todos os perseguidos pela ditadura, os índios também têm direito à reparação do Estado.

MARCELO ZELIC

Vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais-SP e colaborador da Comissão da Verdade

Grosso e Pará, hoje conhecidos como panarás, viram a população diminuir de 500 para 70 pessoas devido a epidemias que se alastraram após o início da construção da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Uma equipe liderada pelos irmãos Villas-Bôas contactou os remanescentes em 1973, depois de cinco anos de tentativas, e levou-os para o Parque do Xingu. Só retornaram a suas terras originais em 1995.

Em novembro de 2012, o Tortura Nunca Mais-SP e outras organizações de direitos humanos encaminharam à CNV um relatório com subsídios para a investigação desses e de outros casos. Desde então, em paralelo às viagens de Maria Rita Kehl pelo Brasil, pesquisadores se dedicam a levantar novos materiais. Ao todo, segundo Zelic, já foram coletadas mais de 600 mil páginas de documentos oficiais, discursos de parlamentares e reportagens da época denunciando massacres, invasões de terra e outras violações impunes até hoje.

— Como todos os perseguidos pela ditadura, os índios também têm direito à reparação do Estado. Realizar as demarcações de terras já previstas seria também uma forma de compensar invasões e abusos do passado — diz Zelic, que critica a falta de recursos do grupo da CNV para lidar com todos os documentos e propõe que a investigação continue mesmo depois da apresentação do relatório final, prevista para o fim do ano. — É preciso fazer o “Brasil: Nunca Mais” dos povos indígenas.

A descoberta de maior repercussão até agora foi o Relatório Figueiredo, encontrado por Zelic nos arquivos do Museu do Índio, no Rio. O documento reúne em 7 mil páginas, divididas em 30 volumes, os resultados de uma investigação sobre o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) liderada pelo procurador Jader de Figueiredo Correia entre 1967 e 1968. Ela foi ordenada pelo regime militar, pressionado por denúncias internacionais de genocídio contra os índios. Em junho de 1967, porém, antes do início dos trabalhos, um incêndio nunca esclarecido no Ministério da Agricultura, em Brasília, destruiu milhares de papéis do SPI.

PROPOSTA DE ‘EMANCIPAÇÃO’ DETONOU PROTESTOS

Mesmo assim, Figueiredo conseguiu compilar uma série de abusos cometidos sob jurisdição do SPI desde a criação do órgão, em 1910. E mostrou que eles não apenas continuaram durante o regime militar, como adotaram procedimentos da “linha dura”. O relatório denuncia a existência de pelo menos sete cadeias indígenas nos estados de Goiás, Amazonas e Mato Grosso do Sul, entre outros. E relaciona técnicas de tortura contra índios — uma delas consistia em algemar o prisioneiro e espremer um de seus pés em uma forquilha.

O caso mais emblemático de presídio indígena é o Reformatório Krenak, que funcionou no município de Resplendor, leste de Minas Gerais, de 1969 a 1972 (depois, portanto, da investigação de Figueiredo). Administrado pela Polícia Militar do estado e pelo governo federal, recebeu, além de índios krenak da região, prisioneiros de etnias de outras partes do país, como xavantes, guaranis e pataxós, sob acusações que iam de invasão de terras a roubo e “vadiagem”. Os detentos eram proibidos de se comunicar em seus idiomas e obrigados a falar português. E enfrentavam privações como confinamentos prolongados e chicotadas. Há relatos de pelo menos um índio arrastado pelos pés num mavor e outro forçado a beber leite fervendo até morrer.

O Reformatório Krenak operou já sob a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada no final de 1967 para substituir o desacreditado SPI. O novo órgão foi uma das mudanças introduzidas pelos militares em resposta ao questionamento internacional crescente sobre sua política indigenista. Em 1973, foi criado o Estatuto do Índio, que se anunciava como instrumento para “integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” e dava um prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas em todo o país. Em 1978, apenas 10% de-

las haviam sido demarcadas e homologadas.

— A grande maioria das terras indígenas encontrava-se invadida por fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e posseiros, inclusive as áreas demarcadas — diz o antropólogo Carlos Augusto da Rocha Freire, autor de “Memória do SPI” (Museu do Índio/Funai) que não vê na atuação da Funai, presidida por generais ao longo dos anos 1970, mudança significativa para os índios.

Na segunda metade dos anos 1970, o Estatuto do Índio foi o estopim de uma mobilização sem precedentes pelos direitos indígenas. Em 1975, o ministro do Interior Rangel Reis anunciou a intenção do governo Geisel de “emancipar” os índios, acabando com a tutela do Estado sobre eles, determinada pelo Estatuto. Nos anos seguintes, antropólogos de todos o país e organizações religiosas como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), articularam uma campanha contra a emancipação. Denunciavam que, com o argumento de “integrar” os índios à sociedade, o projeto na prática retiraria a proteção legal sobre suas terras, liberando-as para o mercado.

MÚSICA DE CAETANO E POEMA DE DRUMMOND

Dessa mobilização surgiram órgãos como a Comissão Pró-Índio (em São Paulo, Rio e Acre), a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai, sediada na Bahia) e a Comissão Pró-Parque Ianomâmi. Nessa época, atos em defesa dos direitos dos índios, com apoio de artistas, atraíam público crescente, e o adesivo vermelho com os dizeres “Pela demarcação das terras indígenas” era tão visto nas ruas quanto o que pedia “Anistia ampla, geral e irrestrita”. Em 1977, Caetano Veloso gravou “Um índio” e Carlos Drummond de Andrade publicou um poema sobre os krain-a-kore (“Malgrado meu desejo/ de declarar-te irmão/ e contigo fruir/ alegrias fraternas,/ só tenho para dar-te/ em turvo condomínio/ o pesadelo urbano/de ferros e fúrias”).

Uma das fundadoras da Comissão Pró-Índio de São Paulo, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, professora da Universidade de Chicago e autora de livros como “Índios no Brasil: história, direitos e cidadania” (Ed. Claro Enigma) recorda a adesão “enorme e inesperada” ao movimento:

— O protesto silenciado da população contra o regime militar desaguou, para surpresa de todos, na defesa dos direitos dos índios. Foi essa mobilização que deu origem à campanha pela demarcação das terras indígenas, que, por lei, já deveria estar concluída — diz Manuela.

“

O protesto silenciado da população contra o regime militar desaguou na defesa dos direitos dos índios.

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA

Antropóloga e uma das fundadoras da Comissão Pró-Índio de São Paulo, criada em 1978

A continuidade de dramas dos índios na ditadura e na democracia foi sublinhada nos últimos dias por atos públicos no Rio e em São Paulo. No Museu do Índio, o debate “A questão indígena de 1964 até hoje” reuniu semana passada antropólogos como Carlos Augusto da Rocha Freire, José Ribamar Bessa e o guarani Tonico Benites, além de Marcelo Zelic. No sábado, na Casa do Povo, em São Paulo, foi lançada a campanha “Índio é nós”, em seminário com a participação de Zelic, Maria Rita Kehl, Manuela Carneiro da Cunha e o jurista e escritor Pádua Fernandes, um dos organizadores do evento, entre outros. Na ocasião, foi divulgado um abaixo-assinado “pela demarcação das terras indígenas” e “paralisação dos empreendimentos realizados à revelia dos direitos constitucionais desses povos” (manifesto e próximos atos da campanha estão no site <www.indio-eh-nos.eco.br>).

Signatária do texto ao lado de centenas de antropólogos, artistas, ativistas e outros solidários à causa dos índios, Manuela vê relação entre mobilizações atuais e as de quatro décadas atrás:

— Os índios que foram, como outros resistentes, enquadrados pelo regime militar como casos de segurança nacional, hoje, no regime democrático, continuam seguidos. A Constituição de 1988, que proclama seus direitos, está sob constante ameaça de uma fortíssima bancada do agronegócio no Congresso. ●

ENTREVISTA Maria Rita Kehl

Violações de ontem e hoje

Integrante da CNV diz que situação atual dos índios é parecida com a da ditadura

GUILHERME FREITAS

guilherme.freitas@oglobo.com.br

Em novembro de 2012, foi criado um grupo de trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) para investigar violações de direitos humanos sofridas por índios e camponeses. Desde então, a psicanalista Maria Rita Kehl, integrante da CNV e coordenadora do grupo, visitou povos indígenas no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país. Os depoimentos e relatórios colhidos até agora compõem um painel de abusos sistemáticos cometidos ao longo do período analisado pela comissão (1946 a 1988), em especial durante a ditadura. Inúmeras mortes foram causadas por obras do governo em terras indígenas (como a construção de estradas na Amazônia), sem estudo nem aviso prévio. Frentes de contato despreparadas levaram doenças a tribos isoladas. Há ainda denúncias de trabalho escravo, trabalho infantil, torturas e prisões irregulares. Em entrevista por telefone, Maria Rita Kehl avalia os trabalhos desse grupo da CNV e diz que a situação dos índios hoje é “muito parecida” com a do período da ditadura: “Em todas as audiências públicas surgem também denúncias atuais”.

● Quais foram as maiores violações de direitos dos índios identificadas até aqui pela CNV?

O tema das agressões a índios no Brasil é muito vasto. Estamos convocando a entrar em contato conosco todos que puderem nos indicar violações cometidas em locais isolados ou que não foram noticiadas. O primeiro relatório que recebi, no início dos trabalhos, foi sobre o massacre dos waimiri-atroari, de Roraima. Pelo menos entre 1.300 e 1.500 índios morreram durante a ditadura em consequência da abertura da BR-174 (Manaus-Boa Vista). As causas foram várias. Como não houve aproximação adequada para o contato e os índios não foram informados sobre as obras, eles ouviam as máquinas, saíam das aldeias para ver o que estava acontecendo e eram recebidos a tiro. Como também não houve vacinação, muitos morreram por epidemias. E os índios contam que, durante as obras, aviões passavam e jogavam “uma coisa que não queimava o mato, mas queimava a gente por dentro”. Obviamente não há documentos oficiais sobre isso, mas, pelos relatos, podia ser pesticida.

● Que outros povos indígenas foram afetados durante a ditadura?

Além dos waimiri-atroari, fiz mais viagens a aldeias. Os ianomâmi, também em Roraima, enfrentaram a construção de uma estrada, a Perimetral Norte, na terra deles nos anos 1970, sem estudo prévio. Conversei com um ex-agente da Funai, hoje com 80 anos, que se demitiu na época alegando que não queria ser “coveiro de índio”. Ele me disse que as principais causas de morte foram sarampo e gripe e que as frentes da Funai não tomavam vacina, nem remédio, mesmo sabendo que fazer contato assim era como jogar uma bomba no meio dos índios. Visitei os suruí, na região do Araguaia, onde muitos índios foram torturados em interrogatórios sobre a guerrilha, mesmo não sabendo de nada. Nenhum deles foi anistiado ou indenizado até hoje. Vivem num pedaço de terra minúsculo, praticamente uma favela às margens da Transamazônica, e tiveram o acesso ao rio cortado pelo fazendeiros. Há pouco tempo os xavantes, do Mato Grosso, entregaram um relatório. Fizeram uma cerimônia muito emocionante, primeiro descreveram os abusos na língua deles e depois traduziram para nós. A situação varia em cada região, mas há um padrão de descaso e violência.

● Você esteve em regiões onde há ameaças a povos indígenas hoje?

Em todas as audiências públicas sur-

gem também denúncias atuais. O relatório da comissão vai de 1946 a 1988, então não podemos incluir casos de hoje, mas podemos transmitir essas informações ao governo. Fui ao sul da Bahia, onde pataxós e tupinambás sofriam na ditadura e sofrem hoje com ataques de latifundiários e com a presença do Exército na região. Enviei para a presidente Dilma, mas não sei se ela recebeu, o depoimento do cacique Babau, dos tupinambás, que está sendo perseguido. Ele diz que o importante para os índios é ter sua terra, e não receber cesta básica, porque é na mata que eles têm seu modo de vida e fora dela eles perdem as condições para manter sua cultura. Estive também no Mato Grosso do Sul para ouvir os guarani kaiowá, que até hoje vivem uma situação dramática, sem a homologação das terras. Lá estamos investigando a exploração de trabalho escravo e trabalho infantil indígena. O que precisamos determinar é se houve apoio do Estado a ações de empresas e fazendeiros. Os índios dizem que forças da polícia e do Exército eram acionadas com frequência para reprimi-los. É um padrão que se repete até hoje, e na ditadura foi ainda mais grave: quando a polícia é chamada para atuar contra índios, não pergunta quem tem razão. Os guaranis me disseram: “A gente sabia que quando vinham os de botas pretas era pior”.

● A Comissão também vai investigar denúncias sobre prisões e torturas de índios, como as que envolvem o antigo Reformatório Indígena Krenak, em Minas Gerais?

Sim, já temos um relatório sobre Krenak, com denúncias consolidadas. O Relatório Figueiredo aponta também violações cometidas em postos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Muitos deles tinham pequenos presídios indígenas. O relatório menciona um tipo de punição, conhecida como “tronco”, mas diferente daquela aplicada a escravos. Esse “tronco” era uma espécie de forquilha feita com dois pedaços de pau. O índio ficava algemado em um deles, sentado, com um pé espremido no meio da forquilha. Isso quem fazia era o chefe do posto do SPI, uma instituição criada com o ideal de “civilizar” o índio.

● Pelo que você tem visto e ouvido nas viagens pela CNV, como está a situação dos povos indígenas hoje, comparada à do período da ditadura?

Muito parecida. Acho estranho um país como o nosso ter como principal ponta de crescimento a agricultura, não a de alimentos, mas a de commodities, como soja, cana e milho. É nos estados dominados pelo agronegócio que os índios ainda hoje sofrem ameaças, despejos e assassinatos. O oeste do Paraná e o Mato Grosso do Sul, em especial, são regiões muito atingidas por isso. Morrem caciques, lideranças locais, e os crimes nunca são apurados, ninguém é condenado. Cria-se um clima de medo nessas regiões. Acabei de voltar de Guaíra, no norte do Paraná, região de muito milho, onde é evidente a imagem ruim que se tem dos índios. Fomos muito bem recebidos no hotel, mas quando voltamos da audiência com objetos indígenas e com a pintura que os índios fizeram em nosso rosto como sinal de amizade, o tratamento mudou completamente. Naquela região, os índios não têm mais espaço para caçar, perderam acesso à água, dependem de cestas básicas, muitas vezes passam fome. A situação deles é tão grave que você pode pensar: por que eles não “desistem” de ser índios? Mas é uma questão de pertencimento cultural. Pense nos brasileiros exilados durante a ditadura: tudo que eles queriam era voltar. O índio não pode ser um exilado dentro do Brasil. É assim que se produz a condição que alimenta o preconceito. ●